



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE**

*Município tricampeão nacional em alfabetização*

*Capital Catarinense da língua alemã*

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

**DECRETO n.º 152 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019.**

**“DISPÕE SOBRE AS METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO, A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica do Município.

**Considerando** a Lei Complementar n.º. 101, de 05 de maio de 2000 – a Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê, em seu Art. 8º, que o Poder Executivo estabelecerá, em até trinta dias da promulgação do orçamento, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso e, no Art. 13, que prevê o desdobramento em metas bimestrais de arrecadação;

**Considerando** as normas de escrituração previstas na Lei 4.320/64 e no Art. 50 da Lei Complementar n.º. 101/2000;

**Considerando** a transparência necessária das informações contábeis através do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal, da Lei Complementar n.º. 101/2000, previsto nos Arts. 52 a 54;

**Considerando** o encaminhamento realizado por cada Secretaria de Governo das necessidades de realização de despesas durante o exercício;

**Considerando** que a programação da despesa pública continuada e os investimentos devem respeitar o comportamento da receita;

**Considerando** a cronologia dos pagamentos dos restos a pagar e demais exigibilidades inscritas no passivo e a necessidade de o Município manter a compatibilidade entre as receitas e despesas orçamentárias conjugadas com o fluxo de recursos extra-orçamentários,

**DECRETA**

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** – Ficam estabelecidas as metas mensais e bimestrais de arrecadação e os limites para movimentação de empenhos e para pagamentos relativos às dotações constantes na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2020 – Lei n.º. 1.834 de 27 de novembro de 2019, na forma discriminada no Anexo Único, que integra o presente Decreto.



Estado de Santa Catarina  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE**  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

**CAPÍTULO II**

**DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

***Seção I***

***Das Finalidades***

**Art. 2º** – A programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com o objetivo de cumprir o princípio do planejamento e do equilíbrio das contas públicas destina-se a:

**I** – assegurar às Secretarias de Governo a implementação do planejamento realizado em cada Pasta, com vistas à melhor execução dos programas de governo;

**II** – identificar as causas do déficit financeiro ou orçamentário, quando houver;

**III** – servir de subsídio para a definição dos critérios para a limitação de empenho e movimentação financeira, em caso de não atingimento dos resultados fiscais nominais e primário previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme Art. 4º, § 1º da Lei Complementar nº. 101/2000;

**IV** – possibilitar identificar as falhas no planejamento orçamentário;

**V** – permitir o planejamento do fluxo de caixa de toda a Administração Municipal e seus Fundos Municipais, e o controle deste fluxo, conforme prevê o Art. 50, II, da Lei Complementar nº. 101/2000;

**VI** – fazer frente, financeiramente, aos riscos fiscais previstos no Anexo de Riscos Fiscais de que trata o Art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº. 101/2000 e previstos no orçamento na Reserva de Contingência, conforme Art. 5º, III, “b” da mesma Lei;

**VII** – permitir a correta utilização dos recursos financeiros legalmente vinculados ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorreu o ingresso;

**VIII** – permitir ao Município o cumprimento dos compromissos legais e os decorrentes de fornecimentos e prestação de serviços com o Poder Público;

**IX** – viabilizar o instrumento de comprovação do planejamento do impacto orçamentário-financeiro, previsto na Lei Complementar nº. 101, no exercício e nos dois seguintes:

a) – da renúncia de receita, conforme Art. 14, e a comprovação das medidas de compensação, quando for o caso;

b) – da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, prevista no Art. 16, I;

c) – da despesa obrigatória de caráter continuado, prevista no Art. 17, § 1º.

**CAPÍTULO III**

***DA METAS DE ARRECAÇÃO E DE EXECUÇÃO DA DESPESA***

**Art. 3º** – Ficam estabelecidas, conforme Anexo Único deste Decreto, as metas mensais e bimestrais de arrecadação e as despesas mensais e bimestrais para o presente exercício, estabelecidas com base no fluxo de arrecadações e de despesas dos últimos três exercícios.

**§ 1º** – As metas de arrecadação e a programação da despesa poderão ser revistas bimestralmente, com vistas a adequar o planejamento à receita realizada e às novas previsões no bimestre, na forma do Anexo Único deste Decreto.

**§ 2º** – Os valores autorizados a empenhar serão os mesmos autorizados a liquidar e a pagar.



Estado de Santa Catarina  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE**  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

§ 3º – O planejamento bimestral da receita e da despesa deverá ser refletido no Demonstrativo de que trata o Art. 52 da Lei Complementar nº. 101/2000.

## CAPÍTULO IV

### DOS DESEMBOLSOS

#### Seção I

##### Dos Critérios Para os Desembolsos

**Art. 4º** – As exigibilidades inscritas na contabilidade do Município no Passivo Circulante, de origem financeira, obedecerão à estrita ordem cronológica de seus vencimentos de acordo com o vínculo de recursos, nos exatos termos do art. 5º da Lei Federal nº. 8.666/93 consolidada.

**Parágrafo único** – A observância da ordem de que trata o *caput* poderá ser alterada:

**I** – no pagamento das despesas com pessoal e encargos sociais;

**II** – para os pagamentos de diárias e adiantamento de despesas de que trata a legislação municipal vigente;

**III** – nos casos em que decorra vantagem financeira para o Erário, como descontos e abatimentos que sejam capazes de justificar a alteração da ordem;

**IV** – nos casos em que for decretada situação de emergência ou estado de calamidade pública no Município;

**V** – no pagamento da contribuição ao PASEP;

**VI** – no pagamento da dívida pública; e,

**VII** – no pagamento de sentenças judiciais.

**Art. 5º** – A elaboração dos contratos e atos convocatórios de licitação, no que se refere à forma prevista no Art. 40, XIV, “b” e Art. 55, III, da Lei 8.666/93, deverão obedecer ao fluxo de caixa do órgão/entidade.

#### Seção II

##### Dos Repasses Financeiros Para o Poder Legislativo

**Art. 6º** – Os repasses financeiros ao Poder Legislativo serão efetuados até o dia vinte de cada mês, em conta bancária especificada para esta finalidade em nome e movimentação daquele Poder.

**Art. 7º** – Os repasses mensais no exercício atenderão:

§ 1º – Ao limite constitucional e aos valores referentes às dotações consignadas na Unidade Orçamentária Câmara de Vereadores para o exercício e em créditos adicionais, e obedecerá ao cronograma de desembolso elaborado pelo Legislativo para atendimentos de suas despesas.



Estado de Santa Catarina  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE**  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

§ 2º – Em caso de o Poder Legislativo não elaborar o seu cronograma de desembolso mensal, para efeitos de repasse, será utilizado o sistema de duodécimos, sendo repassado 1/12 avos mensalmente do valor do orçamento da Câmara.

§ 3º – Ao final do exercício, depois de deduzidas todas as exigibilidades inscritas no passivo financeiro relativas à Câmara e os valores para os quais haja vinculação de gastos do Legislativo, os saldos de recursos financeiros deverão ser devolvidos ao Executivo Municipal.

§ 4º – O produto da aplicação financeira dos recursos do Poder Legislativo, bem como as retenções de receitas efetuadas, deverá ser contabilizados no fluxo extra-orçamentário e repassados ao Executivo Municipal.

### Seção III

#### **Dos Repasses Financeiros para atender as Vinculações Constitucionais e Legais e as Receitas de Aplicações Financeiras**

**Art. 8º** – Os valores do retorno do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – **FUNDEB** serão creditados em conta específica e os recursos vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE de que trata a Lei 9.394/96, Art. 70, serão controlados nas fontes de recursos específicas.

**Art. 9º** – Os valores vinculados às Ações e Serviços Públicos de Saúde serão controlados nas fontes de recursos específicas.

**Art. 10** – O produto da alienação de bens e direitos e os recursos provenientes de transferências voluntárias, convênios ou congêneres, serão depositados em conta bancária vinculada específica para atendimento do disposto no Art. 44 e 50, I, da Lei Complementar nº. 101/2000.

**Art. 11** – Os valores decorrentes da receita de aplicação financeira oriunda de recursos vinculados de que tratam os Arts. 8º, 9º e 10 serão contabilizados como receita patrimonial e terão o mesmo objeto de aplicação do que o depósito que lhe originou a receita.

### CAPÍTULO V

#### **DA ALTERAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

**Art. 12** – A Secretaria da Administração e Fazenda juntamente com o Setor de Contabilidade ficarão responsáveis pela elaboração e coordenação do planejamento de que trata este Decreto.

**Parágrafo único** – A cada bimestre poderá ser efetuada a reprogramação do Anexo Único de que trata este Decreto.

**Art. 13** – Os limites autorizados somente poderão ser alterados por outro decreto que o retifique, ficando vedada a alteração no sistema de informática por servidor sem a devida autorização legal.



Estado de Santa Catarina

## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE

*Município tricampeão nacional em alfabetização*

*Capital Catarinense da língua alemã*

**Art. 14** – Os créditos adicionais suplementares ou especiais que vierem a ser abertos neste exercício, bem como os créditos especiais e extraordinários reabertos, terão sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes.

**Art. 15** – Os Secretários Municipais deverão providenciar o bloqueio provisório das dotações orçamentárias e a suspensão da autorização de compra em caso de não realização da receita, ou tendência desta, podendo ocorrer à recomposição das dotações na proporção dos bloqueios realizados.

**Parágrafo único** – O Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal adotará as providências necessárias à limitação de empenho no sistema de informática a fim de equacionar o equilíbrio orçamentário e financeiro do Município, conforme as premissas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº. 1.834 de 27 de novembro de 2019.

### CAPÍTULO VI

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

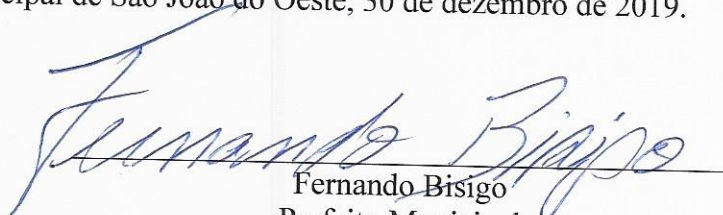
**Art. 16** – A responsabilidade pelo cumprimento e aprimoramento das normas deste Decreto é de cada Secretário Municipal quanto à sua pasta.

**Art. 17** – A fiscalização e acompanhamento do presente Decreto fica a cargo da Secretaria da Administração e Fazenda que comunicará ao Prefeito Municipal o resultado financeiro dos fluxos de caixa e procederá à avaliação do cumprimento por parte das Unidades Orçamentárias.

**Art. 18** – O processamento da receita e da despesa, em todos os níveis, estará sujeito às normas do sistema de controle interno, sem elidir a competência do Tribunal de Contas.

**Art. 19** – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2020.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 30 de dezembro de 2019.

  
Fernando Bisigo  
Prefeito Municipal



Estado de Santa Catarina  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE**  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

**ATOS DO PODER EXECUTIVO**

**DECRETO nº. 152 DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019.**

**“DISPÕE SOBRE AS METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO, A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

O PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica do Município.

**Considerando** a Lei Complementar nº. 101, de 05 de maio de 2000 – a Lei de Responsabilidade Fiscal, que prevê, em seu Art. 8º, que o Poder Executivo estabelecerá, em até trinta dias da promulgação do orçamento, a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso e, no Art. 13, que prevê o desdobramento em metas bimestrais de arrecadação;

**Considerando** as normas de escrituração previstas na Lei 4.320/64 e no Art. 50 da Lei Complementar nº. 101/2000;

**Considerando** a transparência necessária das informações contábeis através do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e do Relatório de Gestão Fiscal, da Lei Complementar nº. 101/2000, previsto nos Arts. 52 a 54;

**Considerando** o encaminhamento realizado por cada Secretaria de Governo das necessidades de realização de despesas durante o exercício;

**Considerando** que a programação da despesa pública continuada e os investimentos devem respeitar o comportamento da receita;

**Considerando** a cronologia dos pagamentos dos restos a pagar e demais exigibilidades inscritas no passivo e a necessidade de o Município manter a compatibilidade entre as receitas e despesas orçamentárias conjugadas com o fluxo de recursos extra-orçamentários,

**DECRETA**

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** – Ficam estabelecidas as metas mensais e bimestrais de arrecadação e os limites para movimentação de empenhos e para pagamentos relativos às dotações constantes na Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2020 – Lei nº. 1.834 de 27 de novembro de 2019, na forma discriminada no Anexo Único, que integra o presente Decreto.



Estado de Santa Catarina  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE**  
Município tricampeão nacional em alfabetização  
Capital Catarinense da língua alemã

**CAPÍTULO II**

**DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

**Seção I**

**Das Finalidades**

**Art. 2º** – A programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, com o objetivo de cumprir o princípio do planejamento e do equilíbrio das contas públicas destina-se a:

**I** – assegurar às Secretarias de Governo a implementação do planejamento realizado em cada Pasta, com vistas à melhor execução dos programas de governo;

**II** – identificar as causas do déficit financeiro ou orçamentário, quando houver;

**III** – servir de subsídio para a definição dos critérios para a limitação de empenho e movimentação financeira, em caso de não atingimento dos resultados fiscais nominais e primário previsto na Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme Art. 4º, § 1º da Lei Complementar nº. 101/2000;

**IV** – possibilitar identificar as falhas no planejamento orçamentário;

**V** – permitir o planejamento do fluxo de caixa de toda a Administração Municipal e seus Fundos Municipais, e o controle deste fluxo, conforme prevê o Art. 50, II, da Lei Complementar nº. 101/2000;

**VI** – fazer frente, financeiramente, aos riscos fiscais previstos no Anexo de Riscos Fiscais de que trata o Art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº. 101/2000 e previstos no orçamento na Reserva de Contingência, conforme Art. 5º, III, “b” da mesma Lei;

**VII** – permitir a correta utilização dos recursos financeiros legalmente vinculados ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorreu o ingresso;

**VIII** – permitir ao Município o cumprimento dos compromissos legais e os decorrentes de fornecimentos e prestação de serviços com o Poder Público;

**IX** – viabilizar o instrumento de comprovação do planejamento do impacto orçamentário-financeiro, previsto na Lei Complementar nº. 101, no exercício e nos dois seguintes:

a) – da renúncia de receita, conforme Art. 14, e a comprovação das medidas de compensação, quando for o caso;

b) – da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, prevista no Art. 16, I;

c) – da despesa obrigatória de caráter continuado, prevista no Art. 17, § 1º.

**CAPÍTULO III**

**DA METAS DE ARRECADAÇÃO E DE EXECUÇÃO DA DESPESA**

**Art. 3º** – Ficam estabelecidas, conforme Anexo Único deste Decreto, as metas mensais e bimestrais de arrecadação e as despesas mensais e bimestrais para o presente exercício, estabelecidas com base no fluxo de arrecadações e de despesas dos últimos três exercícios.

**§ 1º** – As metas de arrecadação e a programação da despesa poderão ser revistas bimestralmente, com vistas a adequar o planejamento à receita realizada e às novas previsões no bimestre, na forma do Anexo Único deste Decreto.

**§ 2º** – Os valores autorizados a empenhar serão os mesmos autorizados a liquidar e a pagar.



Estado de Santa Catarina  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE**  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

§ 3º – O planejamento bimestral da receita e da despesa deverá ser refletido no Demonstrativo de que trata o Art. 52 da Lei Complementar nº. 101/2000.

## CAPÍTULO IV

### DOS DESEMBOLSOS

#### Seção I

##### Dos Critérios Para os Desembolsos

**Art. 4º** – As exigibilidades inscritas na contabilidade do Município no Passivo Circulante, de origem financeira, obedecerão à estrita ordem cronológica de seus vencimentos de acordo com o vínculo de recursos, nos exatos termos do art. 5º da Lei Federal nº. 8.666/93 consolidada.

**Parágrafo único** – A observância da ordem de que trata o *caput* poderá ser alterada:

**I** – no pagamento das despesas com pessoal e encargos sociais;

**II** – para os pagamentos de diárias e adiantamento de despesas de que trata a legislação municipal vigente;

**III** – nos casos em que decorra vantagem financeira para o Erário, como descontos e abatimentos que sejam capazes de justificar a alteração da ordem;

**IV** – nos casos em que for decretada situação de emergência ou estado de calamidade pública no Município;

**V** – no pagamento da contribuição ao PASEP;

**VI** – no pagamento da dívida pública; e,

**VII** – no pagamento de sentenças judiciais.

**Art. 5º** – A elaboração dos contratos e atos convocatórios de licitação, no que se refere à forma prevista no Art. 40, XIV, “b” e Art. 55, III, da Lei 8.666/93, deverão obedecer ao fluxo de caixa do órgão/entidade.

#### Seção II

##### Dos Repasses Financeiros Para o Poder Legislativo

**Art. 6º** – Os repasses financeiros ao Poder Legislativo serão efetuados até o dia vinte de cada mês, em conta bancária especificada para esta finalidade em nome e movimentação daquele Poder.

**Art. 7º** – Os repasses mensais no exercício atenderão:

§ 1º – Ao limite constitucional e aos valores referentes às dotações consignadas na Unidade Orçamentária Câmara de Vereadores para o exercício e em créditos adicionais, e obedecerá ao cronograma de desembolso elaborado pelo Legislativo para atendimentos de suas despesas.





Estado de Santa Catarina  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE**  
*Município tricampeão nacional em alfabetização*  
*Capital Catarinense da língua alemã*

§ 2º – Em caso de o Poder Legislativo não elaborar o seu cronograma de desembolso mensal, para efeitos de repasse, será utilizado o sistema de duodécimos, sendo repassado 1/12 avos mensalmente do valor do orçamento da Câmara.

§ 3º – Ao final do exercício, depois de deduzidas todas as exigibilidades inscritas no passivo financeiro relativas à Câmara e os valores para os quais haja vinculação de gastos do Legislativo, os saldos de recursos financeiros deverão ser devolvidos ao Executivo Municipal.

§ 4º – O produto da aplicação financeira dos recursos do Poder Legislativo, bem como as retenções de receitas efetuadas, deverá ser contabilizados no fluxo extra-orçamentário e repassados ao Executivo Municipal.

### Seção III

#### **Dos Repasses Financeiros para atender as Vinculações Constitucionais e Legais e as Receitas de Aplicações Financeiras**

**Art. 8º** – Os valores do retorno do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – **FUNDEB** serão creditados em conta específica e os recursos vinculados à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – MDE de que trata a Lei 9.394/96, Art. 70, serão controlados nas fontes de recursos específicas.

**Art. 9º** – Os valores vinculados às Ações e Serviços Públicos de Saúde serão controlados nas fontes de recursos específicas.

**Art. 10** – O produto da alienação de bens e direitos e os recursos provenientes de transferências voluntárias, convênios ou congêneres, serão depositados em conta bancária vinculada específica para atendimento do disposto no Art. 44 e 50, I, da Lei Complementar nº. 101/2000.

**Art. 11** – Os valores decorrentes da receita de aplicação financeira oriunda de recursos vinculados de que tratam os Arts. 8º, 9º e 10 serão contabilizados como receita patrimonial e terão o mesmo objeto de aplicação do que o depósito que lhe originou a receita.

### CAPÍTULO V

#### **DA ALTERAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

**Art. 12** – A Secretaria da Administração e Fazenda juntamente com o Setor de Contabilidade ficarão responsáveis pela elaboração e coordenação do planejamento de que trata este Decreto.

**Parágrafo único** – A cada bimestre poderá ser efetuada a reprogramação do Anexo Único de que trata este Decreto.

**Art. 13** – Os limites autorizados somente poderão ser alterados por outro decreto que o retifique, ficando vedada a alteração no sistema de informática por servidor sem a devida autorização legal.



Estado de Santa Catarina  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO OESTE**

*Município tricampeão nacional em alfabetização*

*Capital Catarinense da língua alemã*

**Art. 14** – Os créditos adicionais suplementares ou especiais que vierem a ser abertos neste exercício, bem como os créditos especiais e extraordinários reabertos, terão sua execução condicionada aos limites fixados à conta das fontes de recursos correspondentes.

**Art. 15** – Os Secretários Municipais deverão providenciar o bloqueio provisório das dotações orçamentárias e a suspensão da autorização de compra em caso de não realização da receita, ou tendência desta, podendo ocorrer à recomposição das dotações na proporção dos bloqueios realizados.

**Parágrafo único** – O Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal adotará as providências necessárias à limitação de empenho no sistema de informática a fim de equacionar o equilíbrio orçamentário e financeiro do Município, conforme as premissas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº. 1.834 de 27 de novembro de 2019.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

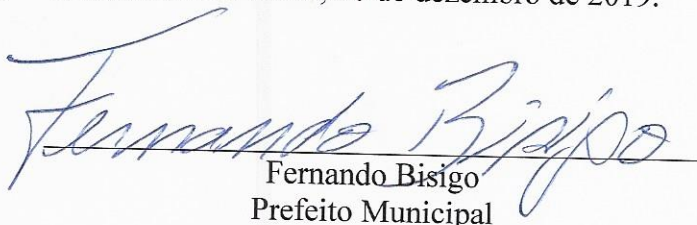
**Art. 16** – A responsabilidade pelo cumprimento e aprimoramento das normas deste Decreto é de cada Secretário Municipal quanto à sua pasta.

**Art. 17** – A fiscalização e acompanhamento do presente Decreto fica a cargo da Secretaria da Administração e Fazenda que comunicará ao Prefeito Municipal o resultado financeiro dos fluxos de caixa e procederá à avaliação do cumprimento por parte das Unidades Orçamentárias.

**Art. 18** – O processamento da receita e da despesa, em todos os níveis, estará sujeito às normas do sistema de controle interno, sem elidir a competência do Tribunal de Contas.

**Art. 19** – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2020.

Prefeitura Municipal de São João do Oeste, 30 de dezembro de 2019.

  
Fernando Bisigo  
Prefeito Municipal



ENTE: Município de São João do Oeste  
 COMPETÊNCIA: Exercício de 2020  
 POSIÇÃO: 01.01.2020  
 LEI ORÇAMENTÁRIA: 1.834 de 27 de novembro de 2019.

ESPECIFICAÇÃO	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO												
	Estimativa/Ano	Jan/20	Fev/20	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
<b>RECURSOS</b>													
* Meias de Arrecadação	26.000.000,00	2.069.300,00	2.250.700,00	2.115.370,00	2.054.630,00	2.163.870,00	2.056.130,00	2.390.370,00	1.969.630,00	2.020.170,00	2.049.830,00	2.152.870,00	2.707.430,00
* Recursos Disponíveis	26.000.000,00	2.069.300,00	2.250.700,00	2.115.370,00	2.054.630,00	2.163.870,00	2.056.130,00	2.390.370,00	1.969.630,00	2.020.170,00	2.049.830,00	2.152.870,00	2.707.430,00
* (-) Desembolso Previsto	-	1.839.900,00	1.890.100,00	2.066.400,00	2.243.600,00	2.066.100,00	2.443.900,00	2.063.100,00	2.026.900,00	2.096.100,00	2.163.900,00	2.124.100,00	2.985.900,00
* Saldo Para o Mês Seguinte	-	229.400,00	360.600,00	48.970,00	(188.970,00)	97.770,00	(387.770,00)	337.270,00	(67.270,00)	(75.930,00)	(114.070,00)	28.470,00	(278.470,00)
<b>DESPESAS</b>													
1. Repasse Duodécimo Câmara Vereadores	750.000,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00
2. Pessoal e Encargos Sociais	12.191.000,00	960.000,00	910.000,00	900.000,00	920.000,00	930.000,00	1.280.000,00	840.000,00	960.000,00	970.000,00	1.000.000,00	970.000,00	1.471.000,00
2.1. Pessoal e Encargos Sociais do Poder Executivo	12.191.000,00	960.000,00	910.000,00	900.000,00	920.000,00	930.000,00	1.280.000,00	840.000,00	960.000,00	970.000,00	1.000.000,00	970.000,00	1.471.000,00
3. Encargos Gerais do Município	805.000,00	70.000,00	69.000,00	67.000,00	66.000,00	65.500,00	64.000,00	64.500,00	61.500,00	62.500,00	61.000,00	61.500,00	92.500,00
3.1. Precatórios Judiciais	30.000,00	21.500,00	21.500,00	20.500,00	20.500,00	21.000,00	20.500,00	22.000,00	20.000,00	22.000,00	21.500,00	23.000,00	30.000,00
3.2. Contribuição para FASEP	575.000,00	48.500,00	47.500,00	46.500,00	45.500,00	44.500,00	43.500,00	42.500,00	41.500,00	40.500,00	39.500,00	38.500,00	36.500,00
3.3. Amortização e Encargos da Dívida Fundada													
4. Outras Despesas Operacionais	11.344.000,00	744.900,00	846.100,00	922.400,00	1.005.600,00	993.800,00	952.900,00	951.600,00	908.400,00	966.600,00	985.900,00	875.900,00	1.190.400,00
4.1. Contribuição p/ Associações Municipais	80.000,00	6.600,00	6.600,00	6.600,00	6.600,00	6.600,00	6.600,00	6.600,00	6.600,00	6.600,00	6.600,00	6.600,00	7.400,00
4.2. Transferências a Instituições Privadas - Prefeitura	310.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	35.000,00
4.3. Transferências a Instituições Privadas - Saúde	20.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.4. Transferências a Municípios - Prefeitura	20.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.5. Transferências a Municípios - Saúde	5.000,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
4.6. Transferências a Concursos Públicos - Custeio	30.000,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00
4.7. Transferências a Concursos Públicos - Serviços	115.000,00	9.500,00	9.500,00	9.500,00	9.500,00	9.500,00	9.500,00	9.500,00	9.500,00	9.500,00	9.500,00	9.500,00	6.500,00
4.8. Atividades da Defesa Civil	30.000,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	10.500,00
4.9. Outras Despesas de Custeio da Pref. Municipal	6.253.500,00	343.800,00	450.000,00	501.800,00	580.000,00	580.000,00	529.300,00	520.000,00	487.800,00	540.000,00	552.300,00	2.500,00	2.500,00
4.10. Outras Despesas de Custeio do FME - Educação	1.838.500,00	140.000,00	150.000,00	155.000,00	150.000,00	145.000,00	148.000,00	152.000,00	145.000,00	156.000,00	166.000,00	162.000,00	718.500,00
4.11. Outras Despesas de Custeio do FMS - Saúde	2.350.000,00	200.000,00	185.000,00	195.000,00	200.000,00	190.000,00	195.000,00	205.000,00	200.000,00	200.000,00	200.000,00	185.000,00	200.000,00
4.12. Outras Despesas de Custeio do FMS - Social	292.000,00	15.000,00	15.000,00	20.000,00	25.000,00	28.000,00	30.000,00	24.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	28.000,00	32.000,00
<b>5. Projetos</b>	880.000,00	-	-	112.000,00	187.000,00	12.000,00	102.000,00	32.000,00	32.000,00	52.000,00	152.000,00	152.000,00	167.000,00
5.1. Implantação de Patrulha Mecanizada	5.000,00											5.000,00	
5.2. Aquisição de Veículo para o Fundo Municipal do Idoso	25.000,00												25.000,00
5.3. Aquisição de Veículos e Máquinas para o Setor de Transporte	10.000,00												10.000,00
5.4. Construção de Abrigos de Passageiros	10.000,00												10.000,00
5.5. Construção de Pontes e Pontilhões	30.000,00												30.000,00
5.6. Implantação de Sinalização Viária	10.000,00			10.000,00									
5.7. Obras de Pavimentação Asfáltica e Calçamento de Vias Públicas	185.000,00				185.000,00								
5.8. Aquisição de Veículo para o Setor de Urbanismo	20.000,00					10.000,00							
5.9. Adaptação/Revitalização de Praças Públicas	10.000,00								10.000,00				
5.10. Ampliação do Sistema de Iluminação Pública	20.000,00						20.000,00						
5.11. Ampliação/Adaptação dos Sistemas de Captação e Distribuição de Água	50.000,00												
5.12. Construção/Adaptação de Hidrantes para Tratamento de Água	20.000,00												50.000,00
5.13. Aquisição de Veículo para o Setor de Abastecimento de Água	20.000,00												
5.14. Implantação de Áreas Industriais	20.000,00												
5.15. Construção/Adaptação/Reforma de Estabelecimentos Turísticos	20.000,00												
5.16. Obras de Construção/Adaptação/Reforma de Unidades de Saúde	30.000,00												
5.17. Obras de Construção/Adaptação/Reforma de Quadras/Polígonos Esportivos	20.000,00												
5.18. Obras de Construção/Adaptação/Reforma Escolas do Ensino Fundamental	100.000,00												
5.19. Aquisição de Mobiliários e Equipamentos de Informática	20.000,00												
5.20. Aquisição de Veículos para o Ensino Fundamental	10.000,00												
5.21. Ampliação da Rede Física Escolar do Ensino Infantil	140.000,00												
5.22. Aquisição de Mobiliários e Equipamentos p/ Infantil	35.000,00												
5.23. Construção de Unidades de Saúde	50.000,00												
5.24. Aquisição de Veículos para o FMS - Saúde	20.000,00												
<b>6. Reserva de Contingência</b>													
6.1. Imprevisões	30.000,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00
TOTAL GERAL	26.000.000,00	1.839.900,00	1.890.100,00	2.066.400,00	2.243.600,00	2.066.100,00	2.443.900,00	2.053.100,00	2.026.900,00	2.096.100,00	2.163.900,00	2.124.100,00	2.985.900,00

São João do Oeste (SC), 30 de dezembro de 2019.

FERNANDO BISIGO  
 Prefeito Municipal



ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

DEMONSTRATIVO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO EM 2018 - CONSOLIDADO (LRF - ART. 8º)

ENTE: Município de São João do Oeste  
 COMPETÊNCIA: Exercício de 2020  
 POSIÇÃO: 01.01.2020

LEI ORÇAMENTÁRIA: 1.834 de 27 de novembro de 2019.

ANEXO DECRETO MUNICIPAL Nº 152 DE 30/12/2019

ESPECIFICAÇÃO	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO												
	Estimada/Ano	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
<b>RECURSOS</b>													
* Meias de Arrecadação	26.000.000,00	2.069.300,00	2.250.700,00	2.115.370,00	2.054.630,00	2.163.870,00	2.056.130,00	2.390.370,00	1.969.630,00	2.020.170,00	2.049.830,00	2.152.570,00	2.707.430,00
* Recursos Disponíveis	26.000.000,00	2.069.300,00	2.250.700,00	2.115.370,00	2.054.630,00	2.163.870,00	2.056.130,00	2.390.370,00	1.969.630,00	2.020.170,00	2.049.830,00	2.152.570,00	2.707.430,00
* (-) Desembolso Previsto	-	1.839.900,00	1.890.100,00	2.066.400,00	2.243.600,00	2.066.100,00	2.443.900,00	2.063.100,00	2.026.900,00	2.096.100,00	2.163.900,00	2.124.100,00	2.985.900,00
* Saldo Para o Mês Seguinte	-	229.400,00	360.600,00	48.970,00	188.970,00	97.770,00	(387.770,00)	337.270,00	(57.270,00)	(75.930,00)	(114.070,00)	28.470,00	(278.470,00)
<b>DESPESAS</b>													
1. Repasse Duodécimo Câmara Vereadores	750.000,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00	62.500,00
2. Pessoal e Encargos Sociais	12.191.000,00	960.000,00	910.000,00	900.000,00	920.000,00	930.000,00	1.260.000,00	940.000,00	960.000,00	970.000,00	1.000.000,00	970.000,00	1.471.000,00
2.1. Pessoal e Encargos Sociais do Poder Executivo	12.191.000,00	960.000,00	910.000,00	900.000,00	920.000,00	930.000,00	1.260.000,00	940.000,00	960.000,00	970.000,00	1.000.000,00	970.000,00	1.471.000,00
3. Encargos Gerais do Município	805.000,00	70.000,00	69.000,00	67.000,00	66.000,00	65.500,00	64.000,00	64.500,00	61.500,00	62.500,00	61.000,00	61.500,00	92.500,00
3.1. Precatórios Judiciais	30.000,00												
3.2. Contribuição para PASEP	260.000,00	21.500,00	21.500,00	20.500,00	20.500,00	21.000,00	20.500,00	22.000,00	20.000,00	22.000,00	21.500,00	23.000,00	26.000,00
3.3. Amortização e Encargos da Dívida Fundada	515.000,00	48.500,00	47.500,00	46.500,00	45.500,00	44.500,00	43.500,00	42.500,00	41.500,00	40.500,00	39.500,00	38.500,00	36.500,00
4. Outras Despesas Operacionais	11.344.000,00	744.900,00	846.100,00	922.400,00	1.005.600,00	993.600,00	952.900,00	951.600,00	908.400,00	966.600,00	985.900,00	875.600,00	1.190.400,00
4.1. Contribuição de Associações Municipais	80.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	6.000,00	7.400,00
4.2. Transferências a Instituições Privadas - Prefeitura	310.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	35.000,00
4.3. Transferências a Instituições Privadas - Saúde	20.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
4.4. Transferências a Municípios - Prefeitura	20.000,00												
4.5. Transferências a Municípios - Saúde	5.000,00												
4.6. Transferências a Concórcios Públicos - Custeio	30.000,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00
4.7. Transferências a Concórcios Públicos - Serviços	115.000,00	9.500,00	9.500,00	9.500,00	9.500,00	9.500,00	9.500,00	9.500,00	9.500,00	9.500,00	9.500,00	9.500,00	10.500,00
4.8. Atividades da Defesa Civil	30.000,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00
4.9. Outras Despesas de Custeio da Pref. Municipal	6.253.500,00	343.800,00	450.000,00	501.800,00	580.000,00	580.000,00	529.300,00	529.000,00	487.800,00	540.000,00	552.300,00	490.000,00	718.500,00
4.10. Outras Despesas de Custeio do FME - Educação	1.838.500,00	140.000,00	150.000,00	155.000,00	150.000,00	145.000,00	148.000,00	152.000,00	145.000,00	156.000,00	158.000,00	162.000,00	177.500,00
4.11. Outras Despesas de Custeio do FMS - Saúde	2.350.000,00	200.000,00	185.000,00	195.000,00	200.000,00	195.000,00	195.000,00	205.000,00	200.000,00	195.000,00	200.000,00	185.000,00	200.000,00
4.12. Outras Despesas de Custeio do FMS - Social	292.000,00	15.000,00	15.000,00	20.000,00	25.000,00	28.000,00	30.000,00	24.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	28.000,00	32.000,00
<b>5. Projetos</b>	880.000,00	-	-	112.000,00	187.000,00	12.000,00	102.000,00	32.000,00	32.000,00	32.000,00	52.000,00	152.000,00	167.000,00
5.1. Implantação de Patrulha Mecanizada	5.000,00											5.000,00	
5.2. Aquisição de Veículo para o Fundo Municipal do Idoso	25.000,00												25.000,00
5.3. Aquisição de Veículos e Máquinas para o Setor de Transporte	10.000,00												10.000,00
5.4. Construção de Abrigos de Passageiros	10.000,00												10.000,00
5.5. Construção de Pontes e Pontilhões	30.000,00										30.000,00		
5.6. Implantação de Sinalização Viária	10.000,00												
5.7. Obras de Pavimentação Asfáltica e Calçamento de Vias Públicas	185.000,00			10.000,00	185.000,00								
5.8. Aquisição de Veículo para o Setor de Urbanismo	20.000,00					10.000,00							
5.9. Adaptação/Revitalização de Praças Públicas	10.000,00												
5.10. Ampliação do Sistema de Iluminação Pública	20.000,00							20.000,00					
5.11. Ampliação/Adaptação dos Sistemas de Captação e Distribuição	50.000,00												
5.12. Construção/Adaptação de Hidráulicas para Tratamento de Águas	20.000,00												
5.13. Aquisição de Veículo para o Setor de Abastecimento de Água	20.000,00												
5.14. Implantação de Áreas Industriais	20.000,00												
5.15. Construção/Adaptação/Reforma de Estabelecimentos Turísticos	20.000,00			2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00
5.16. Obras de Construção/Adaptação/Reformas de Unidades de Saúde	30.000,00												
5.17. Obras de Construção/Adaptação/Reformas de Quadras Esportivas	20.000,00												
5.18. Obras de Construção/Adaptação/Reformas de Escolas de Educação Infantil	100.000,00			50.000,00									
5.19. Aquisição de Móveis e Equipamentos de Informática	20.000,00												
5.20. Aquisição de Veículos para o Ensino Fundamental	10.000,00							10.000,00					
5.21. Ampliação da Rede Física Escolar do Ensino Infantil	140.000,00												
5.22. Aquisição de Móveis e Equipamentos p/ Infantil	35.000,00												
5.23. Construção de Unidades de Saúde	50.000,00												
5.24. Aquisição de Veículos para o FMS - Saúde	20.000,00												
<b>6. Reserva de Contingência</b>	30.000,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00
6.1. Intempéries	30.000,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00
<b>TOTAL GERAL</b>	26.000.000,00	1.839.900,00	1.890.100,00	2.066.400,00	2.243.600,00	2.066.100,00	2.443.900,00	2.053.100,00	2.026.900,00	2.096.100,00	2.163.900,00	2.124.100,00	2.985.900,00

São João do Oeste (SC), 30 de dezembro de 2019.

FERNANDO BISIGO  
 Prefeito Municipal